## ATA NÚMERO VINTE E TRÊS

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2018 - REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano dois mil e dezoito, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: Alexandre Filipe Fernandes Lote, que presidiu, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Rita Isabel Almeida Silva e Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadores. António Manuel Pina Fonseca, Presidente, devidamente convocado para o efeito, encontrava-se ausente ----------
Secretariou a reunião Américo Oliveira Domingues, Chefe de Divisão de Administração Geral. ----------
Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. ----------

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------**

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e o Chefe de Divisão de Administração Geral. ----------
O Senhor Vice-Presidente informou ainda que o Senhor Presidente estava ausente uma vez que se encontrava de férias. ----------
Interveio o Senhor Vereador Bruno Costa para informar que tinha estado presente na passada terça-feira, juntamente com o Senhor Presidente, na Cerimónia de Assinatura do Contrato relativo ao Aviso do Fundo Ambiental "Promover o Uso Eficiente da Água", no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020.
Cumprindo para o efeito o Estatuto dos Eleitos Locais, a Senhora Vereadora Rita Silva, entregou ofício onde reitera o pedido de emissão da reprodução ou da certidão consoante o caso, dos pedidos não satisfeitos, nomeadamente: ----------
- Informação de como tinha sido solicitado o desembolso do montante relativo ao processo judicial n.º 531/14.5 BECTB, uma vez que não teve conhecimento do primeiro e segundo desembolso do FAM que ocorreram em 15/05/2017 e 29/12/2017 respetivamente; ----------
- Disponibilização do auto de medição n.º 1, fatura, ordem de pagamento, recibo a existir, da obra de "Recuperação da Escola Primária de Fornos de Algodres"; ----------
- Informação de quais os projetos que deram origem à alteração orçamental de 21 de junho de 2018 visto que em água e saneamento houve um acréscimo significativo de € 118.000,00; ----------
- Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção referentes ao Programa de Requalificação de Fossas do Concelho que vão ser alvo de intervenção e que se encontram orçamentadas para 2018; ----------

- Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção referentes ao Programa de Ampliação e Requalificação de Redes de Drenagem Residual Doméstica / Esgotos, que se encontram orçamentadas para 2018; ----------

- Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Plano de Manutenção de Espaços Públicos; ----------

- Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Plano de Manutenção de Caminhos e Estradas; ----------

- No seguimento do pedido de 27 de abril de 2018, e autorizado a 25 de maio de 2018 a sua consulta, em que solicita qual a despesa e receita da Feira do Queijo, nomeadamente pedidos de cabimento, compromisso, procedimentos de contratação e receita arrecadada do evento, por cliente e/ou beneficiário nomeadamente os pagamentos das entidades participantes e demais receita, solicitou ao Chefe de Divisão de Administração Geral os elementos que necessitava, uma vez que não pretende realizar qualquer consulta, onde, por uma questão de agilidade de tarefas, anexou um quadro em excel com os elementos que efetivamente necessitava e que lhe foram recusados no dia 31 de julho de 2018 e por isso solicita que sejam facultados os elementos constantes no documento que anexou a 3 de agosto de 2018; ----------

- A execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), acumulado até ao dia 30/06/2018, a qual deverá conter as seguintes informações, a fim de dar uma imagem clara e apropriada da referida execução: a designação do projeto, o valor previsto, o valor cabimentado e comprometido, o valor pago e o nível de execução; ----------

- Cópias dos elementos que fazem parte integrante dos processos remetidos ao FAM, para que este procedesse ao desembolso do montante relativo ao processos judiciais n.º 340/14.1BECTB, 347/14.9BECTB, 346/14.0BECTB, 349/14.5BECTB, 348/14.7BECTB, 345/14.2BECTB, 351/14.7BECTB, 350/14.9BECTB, 339/14.8BECTB, 344/14.4BECTB, 341/14.0BECTB, 342/14.8BECTB, 343/14.6BECTB - relativos à empresa Lopes & Irmãos, Lda e ao processo judicial n.º 99/15.5BECTB - relativo à empresa Andrades, Lda, nomeadamente, todos os elementos que remeteram na instrução do processo, guias de receitas relativas às transferências do FAM e caso os empreiteiros já tiverem recebido, ordem de pagamento e demais documentação apensa; ----------

- Acesso ao laudo da Ordem dos Advogados, bem como a todo o processo remetido a essa Ordem e ainda à contestação do Dr. Oliveira junto do TAF, uma vez que na passada reunião o Senhor Presidente afirmou que o Dr. Miranda tinha colocado um processo junto do TAF de Castelo Branco, no sentido de lhe ser pago um valor de cerca de € 13.000,00 relativo a honorários do seu advogado e que a Câmara iria contrapor e que até já tinha diligenciado junto da Ordem dos Advogados um laudo para que esta se pronunciasse se efetivamente o valor cobrado pelo advogado era real; ----------

- Memorando referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado do impacto financeiro que têm para o Município, questionando se a Câmara já se constituiu assistente no âmbito das queixas crime de 2015 e 2017; ----------

- Cópia da troca de correspondência relativamente aos pareceres, ou seja, cópia do ofício enviado à CCDRC onde o Senhor Presidente solicita informação sobre a adequabilidade dos documentos parte integrante das declarações de voto por si realizadas uma vez que na sua opinião tratam-se efetivamente de declarações de voto e não qualquer outro documento de suporte à discussão; ----------

- Razões da não existência de consulta pública do Regulamento para Concessão de Apoios a Alunos do Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, aprovado em Assembleia Municipal no dia 13 de agosto de 2018; ----------

- Qual a legitimidade e/ou possibilidade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres instaurar ações de regresso contra o ex-Presidente da Câmara pelo montante pago pelo Município à firma Boleto & Pinto, Lda, uma vez que foram violados todos os procedimentos de contratação pública, solicitando parecer onde deve ser mencionado o porquê do então Presidente da Câmara Municipal não ser parte no processo e sim testemunha, a pertinência, a legitimidade, os pós e contras da instauração de ação de regresso e qual a viabilidade jurídica. ----

Solicitou ainda que fossem satisfeitos os seguintes pedidos, com recurso à emissão de reprodução: ----------

- Qual ou quais as viaturas alvo de reparação, de janeiro a agosto de 2018, e que tipo de reparação, bem como o orçamento das mesmas, solicitando ainda conta corrente - programa AIRC de todas as oficinas que fazem reparações de viaturas para o Município e informação se nas fichas de reparação das viaturas têm sido registadas as referidas reparações;----------

- Processo e contratação onde se reflita o acréscimo em relação a vigilância e segurança; ----------

- Conta corrente - programa AIRC da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres; ----------

- Justificação detalhada das atividades que originaram um acréscimo de custo, uma vez que se verificou um reforço, no projeto "Uso eficiente da Água"; ----------

- O processamento das presenças, em todas as reuniões de Câmara e Assembleia, desde a sua destituição. ----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues questionado o Senhor Vice-Presidente sobre o concurso público para transportes escolares, uma vez que as atividades escolares iriam começar em breve e ainda não tinha sido feito nada. ----------

O Senhor Vice-Presidente informou que, de maneira a se fazer o concurso público, tinham feito uma consulta prévia junto dos operadores, Berrelhas e União de Sátão, para se obter o preço base do mesmo, mas que se tinha tornado inútil uma vez que os preços apresentados eram bastante elevados e por isso optaram por, durante a próxima semana, fazer uma consulta prévia junto dos táxis e das IPSS do concelho no sentido de apresentarem propostas para cada um dos percursos definidos para depois tomarem uma decisão. ----------

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues informou que na sua opinião não tinha que haver consulta prévia, mas sim concurso público e que havia prazos que não iriam conseguir cumprir, nomeadamente informar

o IMT dos percursos que iam ser feitos e por quem, ao que o Senhor Vice-Presidente respondeu que para circuitos especiais não era obrigatório. Relativamente aos preços dados pelas operadoras era sua opinião que os mesmos tinham que inflacionar os valores uma vez que o serviço seria só feito de manhã e ao final do dia e por isso tinha sido uma consulta em vão. Essa consulta deveria ter sido feita desde o princípio aos transportes existentes no concelho. ----------

O Senhor Vice-Presidente informou que era isso que iam fazer agora e que ainda estavam dentro do prazo para o poderem fazer, segundo o que lhe tinham transmitido na reunião que tinha tido no dia anterior. ----------

Para a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues já deviam ter feito essa divulgação uma vez que as entidades que queiram concorrer têm que se preparar, têm que ter algum tipo de condições na sua própria empresa, não podendo ser qualquer uma que possa concorrer a esse tipo de serviço público. Na sua opinião, ao se criar um concurso perto do acontecimento, é limitar as pessoas que podem concorrer e cingir-se apenas a interesses só de alguns. Fizeram-no durante 5 anos e querem continuar a faze-lo. ----------

A Senhora Vereadora deixou um reparo para que fossem retiradas as ervas daninhas existentes no jardim junto do Centro Escolar, uma vez que depois de se ter procedido às obras de reparação do pavimento, era uma vergonha as mesmas continuarem lá, salientando também que a limpeza dentro da vila continuava uma vergonha e que a Câmara não tinha limpo aquilo que de obrigação tinha, nomeadamente o IP5, que estava uma autêntica vergonha. ----------

Interveio o Senhor Vice-Presidente concordando que o troço do IP5 não estava bem, mas que relativamente ao resto discordava uma vez que, olhando para outros concelhos, ninguém tinha limpo tanto este ano como a Câmara de Fornos, cumprindo para o efeito os 10 metros obrigatórios. ----------

Relativamente à limpeza das estradas a Senhora Vereadora questionou se era da competência da Câmara a limpeza da Estrada Nacional 16 e se recebiam ou não dinheiro da Estradas de Portugal para a limpeza da mesma. ----------

O Chefe de Divisão de Administração respondeu que não era transferido nada para limpezas das estradas nacionais e que estas eram uma obrigação da Câmara à exceção da EN 330 que era da competência da Estradas de Portugal. ----------

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues solicitou ainda que fosse dada informação das receitas e dos gastos que a Câmara teve com as Festas em Honra de Nossa Senhora da Graça, uma vez que gostava de ter conhecimento desses valores, e questionou se já havia alguma decisão relativamente ao fecho dos CTT. ---------

O Senhor Vice-Presidente informou que, na semana seguinte, iriam ter uma reunião com o Conselho de Administração dos CTT e que depois informariam a Câmara do resultado da mesma. ----------

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues constatou ainda que tinha visto várias manifestações, quer das bancadas do PS, PSD, CDS quer também do Presidente da Câmara de Manteigas, mas que do Presidente da Câmara de Fornos não tinha visto nada, nem sequer uma declaração. ----------

O Senhor Vice-Presidente informou que ainda não se tinham manifestado porque estavam a aguardar pela reunião com os CTT, no sentido de saberem efetivamente aquilo que eles pretendiam fazer. ----------

Independentemente do resultado da reunião, a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues era de opinião que o Presidente devia falar e escrever alguma coisa. Podia, por exemplo, convocar os presidentes de junta para se unirem, de forma a que houvesse mais força porque a divulgação que estava a haver à população era através do facebook e nem toda a gente tinha acesso a esse tipo de meios de comunicação. Deviam alertar as pessoas através de folhetos para que também elas estivessem alerta e se unissem nessa luta. Para si estava a ser feito pouco, podiam fazer ainda mais, o que não quer dizer que o facto de se fazer muito venha a reverter a situação, mas pelo menos jamais ficariam com a culpa que poderiam ter feito mais e não fizeram. ----------

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------**

**1 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 5/2018 ----------**

O Chefe da Divisão de Administração Geral emitiu parecer sobre a necessidade de se proceder a uma alteração orçamental, a fim de reforçar algumas rúbricas orçamentais para fazer face a necessidades urgentes, que se destacam: ----------

- 02 020203 - Conservação de bens - Reforço para reparação de veículos - € 5.400,00 ----------
- 02 020209 - Comunicações - Reforço para pagamento de comunicações fixas e internet - € 5.000,00 ----------
- 02 020218 - Vigilância e Segurança - Reforço para pagamento de serviços de vigilância (Alarmes) - € 950,00 --
- 02 02022501 - Outros Serviços - Reforço para lançamento de despesas no âmbito do projeto "Uso Eficiente da Água" - € 5.000,00 ----------
- 02 040701 - Instituições sem fins lucrativos - Reforço para pagamento das EIPS (AHBVFA) - € 15.600,00 -------

O Chefe da Divisão de Administração Geral informou ainda que este pedido cumpre o disposto na legislação aplicável em matéria de alteração orçamental. ----------

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente informando que relativamente ao reforço de comunicações o mesmo se deveu à necessidade de ligação da fibra em alguns edifícios de modo a ser instalado o programa de gestão documental e de processos, no que respeita aos serviços de vigilância resultou da colocação de um alarme numa zona do mercado municipal uma vez que as oficinas de carpintaria e serralharia passaram para aquela zona. O reforço para pagamento das EIP deveu-se a uma alteração da classificação porque inicialmente estava previsto que o pagamento seria feito mediante faturas e nas novas orientações da ANPC foi dito que deveria ser feito transferência corrente. Informou ainda que esse valor era mais baixo do que o previsto uma vez que a EIP entrou em funcionamento mais tarde. ----------

A fim de esclarecer a rubrica referente ao reforço para pagamento das EIPS o Chefe de Divisão de Administração Geral informou que aquando da elaboração do orçamento estava previsto o valor de € 40.000,00

para o período de janeiro a dezembro, mas como só começaram em julho, € 15.600,00 chegava para pagar os 50% a que a Câmara era obrigada. ----------

Interveio a Senhora Vereadora Rita Silva questionado sobre os € 24.400,00 que restavam dessa rubrica, tendo o Chefe de Divisão informado que esse valor tinha sido redistribuído pelas restantes rubricas: conservação de bens, comunicações e vigilância e segurança. ----------

Face ao exposto, em virtude de reunir critérios adequados e de acordo com o parecer do Chefe da Divisão de Administração Geral propôs-se a alteração orçamental n.º 5/2018. ----------

***A Câmara deliberou aprovar por maioria, com voto de qualidade, com dois votos contra da Senhora Vereadora Rita Silva, conforme declaração de voto apresentada, e da Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues*** ----------

**2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI) N.º 5/2018 ----------**

Uma vez que a Alteração às Grandes Opções do Plano é sequência da Alteração Orçamental, a discussão deste ponto fez parte integrante do ponto 1. ----------

O Chefe de Divisão de Administração Geral informou ainda que este pedido cumpre o disposto na legislação aplicável em matéria de alteração orçamental. ----------

Face ao exposto e em virtude de reunir critérios adequados propôs-se a sua aprovação. ----------

***A Câmara deliberou aprovar por maioria, com voto de qualidade, com dois votos contra da Senhora Vereadora Rita Silva, conforme declaração de voto apresentada, e da Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues*** ----------

**3 - APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PROJETO DE REMODELAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB 1 DE FIGUEIRÓ DA GRANJA DOTANDO-A DA RESPOSTA JARDIM DE INFÂNCIA ----------**

Após a análise da alteração do projeto "Remodelação e Requalificação da EB1 de Figueiró da Granja dotando-a da resposta de Jardim de Infância", conforme solicitado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, o Chefe da Divisão Técnica Municipal informou que: ----------

1 - As alterações ao projeto cumprem nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes são aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, bem como as normas técnicas de construção. ----------

2 - Não carece de parecer, no que diz respeito a instrumentos de gestão territorial, restrições de utilidade pública REN ou RAN, de domínio hídrico e de avaliação de impacte ambiental, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, com a redação do seu artigo 20.º dada pelo artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho (regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional), do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (regime jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental) e da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro. ----------

Informou ainda que, a presente informação era acompanhada do extrato das Plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres, identificando a área de intervenção da candidatura. ----------

Face ao exposto, disse nada ter a opor à aprovação do presente projeto. ----------

Em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe da Divisão Técnica Municipal. ----------

Face ao conteúdo funcional deste ponto, a Senhora Vereadora Rita Silva, ausentou-se da votação por uma questão de segregação de funções. ----------

***A Câmara deliberou aprovar por maioria dos presentes, com a abstenção da Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues*** ----------

**4 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA** ----------

O Senhor Vice-Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. ----------

***A Câmara deliberou aprovar por unanimidade*** ----------

Tratando-se de uma reunião pública, a Senhora Vereadora Rita Silva solicitou a sua intervenção enquanto dirigente da Liga dos Amigos de Figueiró da Granja. Assim, fez um pequeno enquadramento que remonta ao ano de 2017 em que como presidente da direção da referida Liga procurou por várias tentativas abordar o Senhor Presidente da Câmara sobre a previsão da ampliação da rede de esgotos de Figueiró da Granja, que por sua vez iria servir a Liga dos Amigos, tendo obtido como resposta que a mesma só iria ser feita depois de concluída a obra do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres. Contudo, esses trabalhos chegaram a estar cabimentados em novembro de 2017, tendo depois sido descabimentados num prazo de menos de 1 mês. Em dezembro de 2017, obteve um não como resposta, já sabendo da referida descabimentação. Posteriormente, e por diversas tentativas, o Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja reuniu com o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber qual a data de início dos trabalhos, tendo obtido como resposta que os mesmos iriam ser realizados mais à frente, sem precisar datas. Numa última tentativa de procurar um feedback real, claro e preciso sobre essa matéria, reuniu no passado mês de março o Senhor Presidente da Assembleia Geral da Liga dos Amigos de Figueiró da Granja, Dr. João Rui Gaspar de Almeida,

com o Senhor Presidente da Câmara, o qual confirmou que este tinha dado a sua palavra que iria dar inicio aos trabalhos durante o mês de maio de 2018, o que não se verificou. Assim, em virtude da situação se prolongar à demasiado tempo e ter provocado sérios prejuízos financeiros à instituição, constrangimentos sociais muito significativos aos idosos em situação social vulnerável e uma vez que a Câmara Municipal, enquanto autarquia local, visa a prossecução de interesses próprios da sua população, urge agir em consonância com os mesmos colocando o equipamento em pleno funcionamento para que possam abrir a sua estrutura residencial para acolher um conjunto de idosos carentes de cuidado. Face ao exposto, solicitou que a Câmara informasse quando iria dar início aos trabalhos em causa, se é que iria proceder à referida construção, para assim, a instituição poder encontrar uma solução válida e adequada para o referido constrangimento. Entende que, caso haja qualquer impedimento para a realização da obra, a Câmara deverá proceder com a correção que a Instituição merece e comunicar, conforme é seu dever, porque os prejuízos estão a tornar-se incomportáveis e precisam de pensar numa solução, não podendo esperar eternamente. ----------

O Senhor Vice-Presidente informou que esse assunto estava sobre a alçada do Senhor Presidente e que lhe iria transmitir o teor do mesmo. ----------

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Vice-Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. ----------

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário

(Américo Oliveira Domingues)